

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA
(CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

ANALISTA EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – APOFP

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

- 01.** No Estado de São Paulo, os recursos financeiros provenientes da exploração de gás natural, que couberem ao Estado por força do que dispõe a respeito a Constituição Federal, serão aplicados preferencialmente
- (A) no refino de derivados de petróleo, aditivação de combustíveis e recursos hídricos para geração de energia elétrica.
 - (B) na pavimentação asfáltica, sistema de dutos e linhas de metrô.
 - (C) na construção, desenvolvimento e manutenção do sistema estadual de gás canalizado.
 - (D) na exploração de petróleo e recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.
 - (E) na compra de combustíveis, construção de escolas e hospitais.
- 02.** Nos termos da Lei n.º 4.320/64, considerando-se a despesa pública, os auxílios para obras públicas classificam-se como
- (A) despesas de custeio.
 - (B) subvenções sociais.
 - (C) encargos diversos.
 - (D) transferência de capital.
 - (E) investimentos.
- 03.** Tratando-se de empréstimos públicos, a alteração feita pelo Estado, após a emissão de qualquer das condições fixadas para obtenção do crédito público, objetivando diminuir a carga anual do encargo que ele tem de suportar, em contrapartida à subscrição, denomina-se
- (A) remissão.
 - (B) conversão.
 - (C) título da dívida pública.
 - (D) crédito suplementar.
 - (E) restos a pagar.
- 04.** Preços públicos e taxas
- (A) são sinônimos visto que se referem à contrapartida de uma atuação estatal, consubstanciada na prestação de um serviço público relativamente a quem deles se utiliza.
 - (B) são institutos diversos, posto que os preços públicos são receitas derivadas, enquanto que as taxas guardam correspondência com as tarifas que são valores pagos aos concessionários de serviços públicos.
 - (C) não se confundem porque as taxas são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, enquanto que os preços públicos correspondem à receita originária.
 - (D) são sinônimos porque se referem à contrapartida de uma atuação do poder do poder público, consubstanciada na prestação de um serviço público, relativamente a quem deles se utiliza, correspondendo ambos os termos, genericamente, à receita pública.
 - (E) correspondem a receitas de natureza diversa, posto que os preços públicos são receitas obtidas pelo poder público de forma derivada, enquanto que as taxas são receitas originárias.
- 05.** Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período
- (A) superior a dois exercícios.
 - (B) inferior a dois exercícios.
 - (C) superior a cinco exercícios.
 - (D) inferior a um exercício.
 - (E) superior a um exercício.
- 06.** Acerca dos orçamentos, determina a Constituição Federal que a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. A determinação constitucional, nesse sentido, corresponde ao princípio orçamentário da
- (A) excepcionalidade.
 - (B) especialidade.
 - (C) reserva legal.
 - (D) exclusividade.
 - (E) anterioridade.

07. “Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”.

Referido conceito corresponde, na execução da despesa pública, à fase de

- (A) empenho.
- (B) verificação de crédito.
- (C) pagamento.
- (D) análise orçamentária.
- (E) liquidação.

08. Assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

- (A) A isenção do imposto, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, não se verificando, porém, referida compensação em caso de não incidência.
- (B) O imposto incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- (C) Compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.
- (D) Em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, será adotada a alíquota interna quando o destinatário for contribuinte do imposto.
- (E) O imposto não incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, quando não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior.

09. Assinale a alternativa que está em consonância com o Sistema Tributário Nacional.

- (A) As contribuições de intervenção no domínio econômico incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
- (B) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- (C) O imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (D) Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuições, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (E) Pertencem aos Municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

10. Determina a Constituição Federal a vedação de instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços entre os titulares do poder de tributar, extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas condições que estabelece.

Juridicamente, referida vedação corresponde ao instituto tributário da

- (A) imunidade.
- (B) remissão.
- (C) isenção.
- (D) compensação.
- (E) anistia.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

11. A tabela a seguir contém os valores do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o ano de 2012. Para calcular a inflação ocorrida entre junho e janeiro e apresentá-la em pontos percentuais, o procedimento de cálculo correto seria:

Mês	IPCA
janeiro	3.422,79
fevereiro	3.438,19
março	3.445,41
abril	3.467,46
maio	3.479,94
junho	3.482,72

- (A) $\frac{3.482,72 - 3.422,79}{3.422,79}$
- (B) $\left(\frac{3.482,72 - 3.422,79}{3.482,72}\right)100$
- (C) $\left[\left(\frac{3.482,72 - 3.422,79}{3.482,72}\right) - 1\right]100$
- (D) $\left[\left(\frac{3.482,72}{3.422,79}\right) - 1\right]100$
- (E) $\left(\frac{3.482,72 - 3.422,79}{3.422,79}\right) - 1$

12. Se os bancos têm que manter em seu caixa 10% do valor dos depósitos, e o Banco Central exige um depósito compulsório de 40%, podemos concluir que o multiplicador bancário será

- (A) 5.
- (B) 2.
- (C) 20.
- (D) 40.
- (E) 50.

13. Os determinantes do investimento segundo a teoria keynesiana são:
- (A) a taxa de juros e taxa de inflação.
 - (B) o retorno esperado e a carga tributária.
 - (C) a carga tributária e a taxa de câmbio.
 - (D) a taxa de juros e o custo-país.
 - (E) a taxa de juros e a taxa interna de retorno.
14. No modelo IS-LM, um aumento dos gastos públicos desloca a curva
- (A) IS para a direita, aumentando a taxa de juros e o PIB.
 - (B) LM para a direita, reduzindo a taxa de juros e aumentando o PIB.
 - (C) LM para a esquerda, aumentando a taxa de juros e o PIB.
 - (D) IS para a esquerda, reduzindo a taxa de juros e o PIB.
 - (E) IS para a direita, reduzindo a taxa de juros e aumentando o PIB.
15. Sobre o aumento da taxa de juros americana realizado por Paul Volcker no final da década de 1970, é correto afirmar que:
- (A) foi uma reação às disputas cambiais e comerciais que se generalizaram a partir da emergência dos Tigres Asiáticos.
 - (B) visava combater o déficit comercial dos Estados Unidos.
 - (C) pretendia combater a inflação e foi um dos deflagradores da crise das dívidas externas.
 - (D) tinha o objetivo de reduzir a dívida pública americana e aumentar a responsabilidade fiscal.
 - (E) era uma política de austeridade que buscava controlar o endividamento das empresas e outros agentes econômicos.
16. Sobre a crise da dívida externa nos anos 1980, pode-se afirmar que:
- (A) exigiu que países como o Brasil passassem a ter superávit em transações correntes para atender ao serviço da dívida.
 - (B) causou uma crise financeira devido à falência de grandes bancos.
 - (C) só foi resolvida quando os países devedores acabaram com a inflação.
 - (D) provocou sucessivas valorizações da moeda nacional.
 - (E) reduziu o superávit comercial pela falta de créditos para exportação.
17. Qual das afirmações a seguir pode ser atribuída ao Plano Real?
- (A) Permitiu, nos primeiros anos, a geração de superávit nas transações correntes.
 - (B) Houve grande expansão do multiplicador bancário devido a programas como o PROER.
 - (C) Reduziu significativamente a inflação, mas aumentou a concentração de renda e a dívida externa.
 - (D) Foi uma estabilização com base no grande volume de reservas internacionais, o que permitia sustentar o câmbio.
 - (E) Foi uma estabilização com base em políticas monetária e fiscal expansivas.
18. A Contribuição de Melhoria é um tipo de tributo que
- (A) tem por objetivo financiar o controle de alguma externalidade negativa, gerando benefícios que são não rivais e não sujeitos à exclusão.
 - (B) deve ser pago por aqueles que ampliam ou reformam algum bem imobiliário.
 - (C) pressupõe que alguns devem contribuir mais na medida em que geram externalidades negativas que exigem ação pública.
 - (D) pressupõe que alguns foram mais beneficiados do que outros por externalidades positivas quando da provisão de um bem público.
 - (E) tem por objetivo financiar a provisão de um bem público cujos benefícios são não rivais e não sujeitos à exclusão.
19. Um determinado bem é negociado num mercado competitivo. O governo está em dúvida se tributa a produção ou o consumo desse bem.
- Com relação aos efeitos da tributação, podemos afirmar que:
- (A) a solução mais eficiente é tributar o consumo quando a demanda do bem for elástica com relação ao preço e tributar a produção quando a demanda for inelástica.
 - (B) a tributação do consumo significa que toda a carga do imposto será assumida pelos consumidores.
 - (C) se ninguém puder sonegar, os efeitos de se tributar o consumo ou a produção são os mesmos.
 - (D) a tributação da produção aumenta os custos e o preço final, e, portanto, a carga é paga integralmente pelos consumidores em qualquer dos casos.
 - (E) a tributação do consumo significa que a maior parte da carga do imposto será assumida pelos consumidores.

20. O superávit primário pode ser definido como o resultado positivo
- (A) obtido pelo setor primário da economia.
 - (B) das contas públicas sem a inclusão da despesa com juros.
 - (C) do balanço patrimonial do setor público.
 - (D) obtido antes das transferências constitucionais aos estados e municípios.
 - (E) das contas públicas sem a inclusão das despesas com investimentos.

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

21. De acordo com a NBC T 16.6, o Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia
- (A) o volume de bens e direitos.
 - (B) a qualidade de gestão de uma entidade pública.
 - (C) qualitativa e quantitativamente uma entidade pública.
 - (D) provisões realistas e substantivas e projeções de desempenho da entidade pública.
 - (E) qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.
22. O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do referido setor. Tais entidades abrangidas devem observar as normas e as técnicas próprias, considerando-se o seguinte escopo:
- (A) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.
 - (B) integralmente, as entidades governamentais, a União, o Distrito Federal, Estados e Municípios, os serviços sociais e os conselhos profissionais; parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas aos Tribunais de Contas.
 - (C) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; geralmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas aos Tribunais de Contas e controle social.
 - (D) geralmente, as entidades governamentais e não governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; parcialmente, as demais entidades do setor público, as empresas de capital misto e instrumentalização do controle social.
 - (E) as entidades governamentais, a União, o Distrito Federal, Estados e Municípios, os serviços sociais e os conselhos profissionais; parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

23. Uma empresa pública decidiu atualizar seu centro de processamento de dados com novas e modernas máquinas computadorizadas de grande porte. Portanto, trata-se de um projeto muito grande que inclui os seguintes desembolsos:

- I. Serviços de projeto = R\$ 100.000,00. A título de adiantamento, houve um pagamento de 40% no ato da assinatura do contrato.
- II. Mão de obra terceirizada para montagem dos equipamentos = R\$ 150.000,00.
- III. Máquinas e materiais diversos = R\$ 2.000.000,00.
- IV. Sobre as Máquinas e materiais diversos, foi concedido um desconto financeiro de 15%.
- V. Todos os impostos estão inclusos na operação e não haverá crédito tributário.

O valor líquido, a ser registrado no Ativo Não Circulante a título de Imobilizado, dessa operação é de

- (A) R\$ 2.250.000,00.
- (B) R\$ 1.950.000,00.
- (C) R\$ 2.000.000,00.
- (D) R\$ 1.890.000,00.
- (E) R\$ 2.100.000,00.

24. De acordo com a NBC T 16.2, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em:

- (A) Ativo e Passivo.
- (B) Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.
- (C) Circulante e Não Circulante.
- (D) Ativo, Passivo e Situação Líquida.
- (E) Contas Patrimoniais e de Resultado Econômico.

25. Considere o texto a seguir.

No que tange à Unidade Contábil, conforme a NBC T 16.1, a soma, agregação ou divisão de patrimônio de uma ou mais entidades do setor público resultará em _____. Esse procedimento será utilizado nos casos de registro dos atos e dos fatos que envolvem o patrimônio público ou suas parcelas, em atendimento à necessidade de controle e prestação de contas, de evidenciação e instrumentalização do controle social; unificação de parcelas do patrimônio público vinculadas a unidades contábeis descentralizadas, para fins de controle e evidenciação dos seus resultados; e consolidação de entidades do setor público para fins de atendimento de exigências legais ou necessidades gerenciais.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) centralização de unidades de serviços
- (B) novas unidades contábeis
- (C) estruturas de contabilidade compartilhadas
- (D) novos procedimentos de contabilidade
- (E) reestruturação da norma contábil aplicada à nova realidade

De acordo com o Balancete de Verificação a seguir, responda às questões de números 26 a 28.

R A S C U N H O

Caixa e Bancos	1.300.000
Capital Social Realizado	3.000.000
Empréstimos com Instituições Financeiras	1.200.000
Despesas Gerais e Administrativas	155.000
Clientes	1.650.000
Despesas com Salários	238.000
Dívidas com Pessoas Ligadas (Curto Prazo)	140.000
Contas a Pagar	132.500
Títulos a Receber (Longo Prazo)	570.000
Receita Bruta de Vendas	1.400.000
Deduções da Receita Bruta	381.500
Receitas Financeiras	30.000
Investimentos	550.000
Estoques	600.000
Resultado da Equivalência Patrimonial	150.000
Fornecedores	450.000
Financiamentos (Longo Prazo)	2.815.000
Imobilizado	3.800.000
Intangível	1.150.000
Contingências Tributárias (Longo Prazo)	610.000
Demais Despesas Operacionais	15.000
Custo dos Produtos Vendidos	245.000
Clientes (Longo Prazo)	270.000
Despesas com Vendas	83.000
Impostos e Contribuições a Recolher	490.000
Contingências Trabalhistas (Longo Prazo)	150.000
Provisões s/ férias	440.000
Reservas de Capital	150.000
Despesas Pagas Antecipadamente	150.000

26. O total do Ativo é de R\$

- (A) 10.040.000.
- (B) 6.340.000.
- (C) 9.890.000.
- (D) 3.700.000.
- (E) 10.400.000.

27. O total do Passivo Circulante é de R\$

- (A) 3.612.500.
- (B) 3.575.000.
- (C) 2.852.500.
- (D) 1.652.500.
- (E) 4.165.000.

28. O total do Ativo Não Circulante é de R\$
- (A) 3.800.000.
 - (B) 4.500.000.
 - (C) 10.040.000.
 - (D) 6.340.000.
 - (E) 3.700.000.
29. Fundamentada na NBC T 16.2, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público. O sistema contábil está estruturado nos seguintes subsistemas de informações:
- (A) orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.
 - (B) financeiro, societário, patrimonial e de compensação.
 - (C) orçamentário, financeiro, de custos e de compensação.
 - (D) orçamentário, financeiro, patrimonial, de custos e societário.
 - (E) orçamentário, patrimonial, de custos e de compensação.
30. No que tange à redução ao valor recuperável, quanto a sua classificação, pode ser aplicada para o ativo gerador de caixa (aquele mantido com o objetivo de gerar retorno comercial), bem como para o ativo não gerador de caixa (aquele mantido com o objetivo principal de gerar serviços). A maioria dos ativos mantidos por entidades do setor público são ativos não geradores de caixa. Todavia, as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) são, inicialmente, direcionadas
- (A) à contabilização em contas de resultado.
 - (B) à contabilização de redução ao valor recuperável desses ativos.
 - (C) ao registro do valor original.
 - (D) a estimativas de valores de mercado.
 - (E) aos princípios, convenções e postulados de contabilidade.
31. De acordo com o Anexo 15 da Lei n.º 4.320/64, são variações ativas:
- (A) Despesa Orçamentária, Independentes da Execução Orçamentária e Resultado Patrimonial.
 - (B) Despesa Orçamentária, Mutações Patrimoniais e Resultado Patrimonial.
 - (C) Receita Orçamentária, Mutações Patrimoniais e Resultado Patrimonial.
 - (D) Receita Orçamentária, Mutações Patrimoniais e Independentes da Execução Orçamentária.
 - (E) Despesa Orçamentária, Mutações Patrimoniais e Independentes da Execução Orçamentária.

Conforme Balanço Orçamentário, fundamentado no Anexo 12 da Lei n.º 4.320/64, responda às questões de números 32 e 33.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVI-SÃO	EXE-CUÇÃO	DIFE-RENÇAS	TÍTULOS	PREVI-SÃO	EXE-CUÇÃO	DIFE-RENÇAS
RECEITAS CORRENTES				CRÉDITOS ORÇAMEN-TÁRIOS E SUPLEMEN-TARES			
Receita Tributária	15	38	23		60	55	5
Receita Patrimonial	1	1	0				
Receita Industrial	1	1	0				
Transferências Correntes	1	2	1				
Receitas Diversas	1	3	2				
RECEITA DE CAPITAL	2	5	3				
SOMA	21	50	29	SOMA	60	55	-5
DÉFICITS	39	5	-34	SUPERÁVIT			
TOTAL	60	55	-5	TOTAL	60	55	-5

32. Na coluna Diferenças das Receitas, apresentam-se os seguintes valores:

- (A) Receita Tributária 23, Receita Patrimonial 0 (zero), Receita Industrial 0 (zero), Transferências Correntes 1, Receitas Diversas 2, Receitas de Capital 3.
- (B) Receita Tributária 23, Receita Patrimonial 0 (zero), Receita Industrial 0 (zero), Transferências Correntes 1, Receitas Diversas 2, Receitas de Capital -3.
- (C) Receita Tributária 23, Receita Patrimonial 0 (zero), Receita Industrial 0 (zero), Transferências Correntes -1, Receitas Diversas 4, Receitas de Capital -3.
- (D) Receita Tributária -53, Receita Patrimonial 2, Receita Industrial 2, Transferências Correntes 3, Receitas Diversas -4, Receitas de Capital 7.
- (E) Receita Tributária -23, Receita Patrimonial 2, Receita Industrial 2, Transferências Correntes 1, Receitas Diversas -2, Receitas de Capital -3.

33. O déficit de execução corresponde a

- (A) -39.
- (B) 21.
- (C) 55.
- (D) 60.
- (E) 5.

34. Segundo a Lei n.º 4.320/64, entende-se por superávit financeiro a diferença

- (A) apresentada entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos adicionais e as operações devedoras a eles vinculadas.
- (B) positiva entre as Receitas Correntes Previstas e as Despesas de Créditos Orçamentários e Suplementares apresentadas no balanço orçamentário.
- (C) positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- (D) positiva entre Receita Orçamentária e Despesa Orçamentária apresentadas na demonstração das variações patrimoniais.
- (E) existente entre as Receitas Correntes Previstas e as Despesas de Créditos Orçamentários e Suplementares apresentadas o balanço patrimonial.

35. Acerca da contabilidade orçamentária e financeira, nos moldes do que preconiza a Lei n.º 4.320/64 em seu art. 90, a Contabilidade Pública deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes,

- (A) a dívida flutuante e os serviços da dívida empenhada, à conta das dotações disponíveis.
- (B) a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.
- (C) a dívida flutuante e os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- (D) aos serviços da dívida, os restos a pagar, à conta das dotações disponíveis.
- (E) aos restos a pagar, aos serviços da dívida e à conta das dotações disponíveis.

36. Considerando o enunciado a seguir, classifique os itens que o completam como verdadeiros (V) ou falsos (F).

No que tange à prestação de contas de adiantamentos comuns, o processo de contas relativo a cada adiantamento de dinheiro feito a servidor público deve ser constituído de comprovantes originais de despesa, cuja autorização deve constar expressamente nos autos, isto é, processo. Os processos de prestação de contas são montados, individualmente, numerados nos órgãos de origem, obedecido o sequencial numérico, e conterão, além dos comprovantes originais das despesas, uma via da nota de empenho e balancete acompanhada de uma relação de gastos, quando o número de documentos não couber no balancete.

No processo de tomada de contas só é admitido como comprovante o documento que confirme a despesa realizada dentro do prazo de aplicação, para o qual foi concedido o adiantamento.

Os documentos referentes às prestações de contas observam o seguinte:

- () data do mês ou período para qual foi concedido o adiantamento.
- () notas fiscais, duplicatas e faturas devem ser emitidas em nome da Repartição ou Órgão.
- () todos os comprovantes de despesas devem ter recibo de quitação, exceto as notas fiscais à vista.
- () quando houver saldo de numerário, devem ser juntadas ao processo cópias da guia de recolhimento e da nota de anulação de empenho.

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, F, V, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, V, V, V.
- (E) F, F, V, F.

37. O balanço financeiro, regulamentado pela Lei n.º 4.320/64 demonstrará

- (A) a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- (B) a receita orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício atual, e os que se transferem para o exercício social.
- (C) a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária, conjugados ou não com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o resultado do exercício.
- (D) receita e despesa orçamentárias empenhadas com a despesa extraorçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados ou não com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o resultado do exercício.
- (E) receita orçamentária vinculada com a receita extraorçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

38. Fundamentado na Lei n.º 4.320/64, em seu artigo 105, o Passivo Financeiro, parte integrante do Balanço Patrimonial, compreenderá:

- (A) valores patrimoniais de ativos ou de conversão de dívidas somadas ao total da despesa diferida.
- (B) recebimentos de valores e numerários financeiros junto a pessoas de direito público ou privado.
- (C) depósitos bancários, cuja movimentação dependa de disposições contratuais ou legais.
- (D) valores da receita arrecadada indevidamente, sendo que sua restituição foi autorizada e processada dentro do próprio exercício.
- (E) as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

39. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, por meio de contas representativas do patrimônio público, a situação patrimonial da entidade pública, além das contas de compensação.

De acordo com o texto apresentado, classifique os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () **Ativo** – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- () **Passivo** – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos espera-se que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- () **Passivo não circulante** – são obrigações de longo prazo presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos espera-se que resultem para a entidade em saídas de recursos com prazo superiores a doze meses.
- () **Patrimônio Líquido** – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
- () **Contas de Compensação** – compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, V, F, V.
- (B) V, V, F, V, V.
- (C) V, V, F, V, F.
- (D) V, V, V, F, F.
- (E) F, V, V, V, F.

40. Considerando o enunciado a seguir, classifique os itens que o completam como verdadeiros (V) ou falsos (F).

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere e discrimina

- () a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).
- () a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).
- () os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- () as transferências ativas e passivas decorrentes, ou não, da execução orçamentária.
- () o saldo inicial e o saldo final em espécie.

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, F, V.
- (B) F, V, V, V, F.
- (C) F, V, F, V, V.
- (D) F, V, V, F, F.
- (E) V, V, V, V, V.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL

41. Um Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (APOFP), ao ter conhecimento de que haverá um pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constante de precatórios judiciais e que foram apresentados até 1.º de julho, deverá

- (A) incluir tal valor no orçamento da entidade de direito público.
- (B) provisionar o valor no patrimônio social da entidade, pois se tratam de precatórios.
- (C) classificar tal pagamento como restos a pagar.
- (D) preparar o processo para pagamento do valor a ser homologado pela receita fazendária.
- (E) transferir tal passivo para a União, uma vez que se tratam de precatórios.

42. Para elaboração e execução do Plano Plurianual 2000-2003 e dos Orçamentos da União, a partir do exercício financeiro do ano de 2000, toda ação finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano. Convém notar que, entende-se por ação finalística aquela que proporciona bem ou serviço para atendimento direto a demandas da sociedade.

Nesse sentido, ao preparar um programa, o APOFP deverá incluir os seguintes tópicos:

- (A) descrição; órgão responsável; valor detalhado; prazo de conclusão; fonte de financiamento; indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar; metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo; ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo; e regionalização das metas por Estado.
- (B) objetivo; órgão responsável; valor global; prazo de conclusão; fonte de financiamento; indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar; metas correspondentes aos bens e serviços e capital necessários para atingir o descritivo; ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo; e regionalização das metas por Estado.
- (C) objetivo; órgão responsável; valor global; prazo de conclusão; fonte de financiamento; indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar; metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo; ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo; e regionalização das metas por Estado.
- (D) objetivo; órgão responsável; valor sintético; prazo de abertura; fonte de financiamento; indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar; metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo; ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo; e regionalização das metas por município.
- (E) descritivo; órgão responsável; valor individual; prazo de início e conclusão; fonte de empréstimo; indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar; metas correspondentes aos bens de capital e serviços necessários para atingir o objetivo; ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo; e regionalização das metas por Município e Estado.

43. Ao se analisar um orçamento recentemente preparado para uma entidade, nota-se que tal orçamento foi preparado partindo-se da parte de baixo de uma estrutura organizacional, e com informações muito detalhadas, propiciando uma análise mais crítica dos gastos dessa entidade. Verifica-se ainda que não há informações passadas, como se esse orçamento tivesse sido preparado pela primeira vez, para um eventual comparativo ou algo do gênero. Diante disso, conclui-se que o orçamento a ser analisado é o
- (A) tradicional.
 - (B) de desempenho.
 - (C) original.
 - (D) base zero.
 - (E) programado.
44. De acordo com o Decreto-Lei Estadual n.º 233/70, serão consideradas como Unidades Orçamentárias os órgãos subordinados ou vinculados diretamente ao Governador ou aos Secretários de Estado. Quando os órgãos não comportarem Administração Financeira e Orçamentária próprias, isoladamente, poderão ter suas dotações consignadas em uma única Unidade Orçamentária. As dotações orçamentárias relativas aos Órgãos de Administração Superior e da Sede, das Secretarias de Estado serão consignadas em uma só Unidade Orçamentária e as dotações orçamentárias
- (A) iniciais, relativas à Administração Geral da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios irão se sobrepor ao Plano Plurianual estabelecido no orçamento dos próximos quatro anos.
 - (B) relativas à Administração Geral do Estado serão consignadas em Unidades Orçamentárias próprias, segundo as finalidades a que se destinam.
 - (C) iniciais, relativas à Administração Geral da União, dos Estados e dos Municípios não poderão se sobrepor ao Plano Plurianual estabelecido no orçamento do ano corrente.
 - (D) iniciais, relativas à Administração Geral da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, poderão se sobrepor ao Plano Plurianual estabelecido no orçamento do ano corrente.
 - (E) relativas à Administração Geral da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios irão se sobrepor ao plano das Unidades Orçamentárias.
45. Classifique os elementos de despesa a seguir, baseando-se na Tabela D da Portaria CPO 001/05.
- Auxílio-Funeral devido à família do servidor falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor;
 - Auxílio-reclusão devido à família do servidor afastado por motivo de prisão;
 - Auxílio-natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público por motivo de nascimento de filho;
 - Auxílio-creche; Auxílio-escola;
 - Reembolso de despesas médicas e outros benefícios pecuniários não enquadrados na categoria de previdenciários.
- Essas despesas referem-se ao elemento:
- (A) obrigações patronais.
 - (B) outros benefícios sociais e previdenciários.
 - (C) outros benefícios assistenciais.
 - (D) vencimentos e vantagens fixas.
 - (E) outras despesas variáveis.
46. De acordo com a Portaria CPO 001/05, os códigos e as ementas constantes das Tabelas A, B, C, D, E, e F, que compõem o anexo desta portaria, deverão ser observados pelos órgãos da administração pública direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e as empresas públicas e de economia mista, integrantes do Orçamento Fiscal, na
- (A) finalização, colocação e aprovação das suas respectivas propostas orçamentárias e na execução e controle interno dos pagamentos e recebimentos.
 - (B) preparação dos orçamentos e dotações iniciais apresentados por esses poderes e autarquias.
 - (C) inclusão das suas respectivas propostas orçamentárias e na execução e controle interno dos pagamentos e recebimentos.
 - (D) inclusão do plano de contas dos planos plurianual e orçamentário.
 - (E) elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias e na execução e controle interno dos seus orçamentos.

47. O Poder Legislativo cumpre sua missão constitucional de criar novo direito por meio de várias espécies normativas. Para dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta e também como condições para a instituição e funcionamento de fundos, o Poder Legislativo deve valer-se de qual espécie normativa?
- (A) Lei Complementar.
 - (B) Instrução Normativa.
 - (C) Decreto-Lei.
 - (D) Lei Delegada.
 - (E) Medida Provisória.
48. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Neste caso, as emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas:
- (A) quando incompatíveis com o Plano Plurianual.
 - (B) caso não sejam homologadas pelo Poder Executivo.
 - (C) caso não estejam de acordo com o Plano Orçamentário Anual (POA), apresentado no semestre imediatamente anterior à sua apreciação.
 - (D) quando em discordância com a LDO.
 - (E) caso tenham sido submetidas após o prazo estabelecido pelo Congresso Nacional e casa maior dos senadores.
49. O prefeito da Cidade de Quitoxó do Norte encaminhou, em 01 de julho do corrente ano, as contas do Município, relativas ao exercício anterior, à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda para consolidação. Posteriormente a este ato, o Município foi impedido de contratar operações de crédito devido ao fato de
- (A) Lei Complementar que estabelece prazo de contratação de crédito determinar que não poderá anteceder o prazo de aprovação das contas.
 - (B) a tomada de créditos financeiros estar intimamente ligada às aprovações das contas em todas as esferas do poder público.
 - (C) ter encaminhado suas contas fora do prazo estabelecido em Lei Complementar.
 - (D) não ter anexado às contas os anexos contábeis necessários à explicação das contas, conforme requerido em Portaria.
 - (E) ter encaminhado e protocolado suas contas em local e órgão receptor indevidos.
50. As contratações de pessoal e movimentações do quadro que importem em alterações de salários ou incremento de despesas de que trata a Constituição Federal somente ocorrerão se houver dotação orçamentária suficiente e estiverem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos por
- (A) programa de desempenho.
 - (B) concurso e programas de desempenhos.
 - (C) atingimento de metas.
 - (D) lei específica.
 - (E) decreto federal.
51. A Constituição Federal de 1988, em clara adoção dos princípios federativos e da teoria dos freios e contrapesos preconizados por Montesquieu, houve por bem dotar os entes políticos de capacidades legislativas diversas com o fito de alcançar um verdadeiro “federalismo”.
- Ocorre que há certas exceções a estes princípios, notadamente quando mais de um ente “federado” pode legislar sobre a mesma matéria. Assim, há possibilidade de mais de um ente legislar sobre orçamento?
- (A) Sim, quando não houver quebra da autonomia superior de que goza o Senado da República como órgão legislador revisor.
 - (B) Não, pois isso fere o princípio da independência e harmonia dos poderes estampados no Art. 2.º da Constituição Federal.
 - (C) Sim, desde que haja prévia concordância de todos os entes federados, devidamente homologada pelo presidente da mesa diretora do Congresso Nacional, nos termos do Art. 53 da Constituição Federal.
 - (D) Sim, quando houver medida provisória que autorize.
 - (E) Sim, trata-se de competência concorrente.
52. O Conselho Superior do Ministério Público, após muito trabalho político, conseguiu a aprovação de crédito “especial” para a compra de importantíssimos brasões em ouro maciço para presentear seus membros quando completos dez anos de atividade profissional. Realizada a fase interna da licitação, opinou o chefe da instituição em programar o pagamento da empresa contratada para até o dia 4 de cada mês.
- Considerando esse caso hipotético sobre orçamento público, é correto afirmar que:
- (A) a compra de brasões de ouro é um atentado contra a moralidade orçamentária.
 - (B) a posição do Ministério Público é orçamentariamente inviável, pois recebe este tipo de crédito até o dia vinte de cada mês.
 - (C) o Ministério Público goza de prazo em dobro para realizar seus pagamentos.
 - (D) se houver parecer favorável de mais de 1/3 de seus membros, poderá haver pagamento.
 - (E) o Ministério Público, como órgão guardião da república, não está vinculado a prazos de pagamento.

53. É de conhecimento público que os créditos constituídos contra a Fazenda, por decisão judicial que não pode mais ser reformada, têm seu valor corroído pelo tempo inerente a longas batalhas jurídicas. Assim, por ser medida de justiça, é necessário adotar métodos para evitar que o câncer do tempo se abata sobre o valor econômico dos referidos títulos. Sobre tais métodos, pode-se afirmar:

- (A) quando a decisão judicial não dispuser de modo diverso, aplicar-se-á o IPCA.
- (B) que a correção dos precatórios segue o mesmo índice adotado para a correção dos débitos constituídos pela Fazenda Nacional contra os contribuintes, qual seja a taxa Selic, em decorrência do princípio constitucional da equidade.
- (C) o Art. 100 § 12 da Constituição Federal determina que a correção dos precatórios será feita pela Selic.
- (D) que a correção destes títulos será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.
- (E) por força do disposto na Emenda Constitucional n.º 62, a correção dos precatórios deve ser feita pelo IGPM para evitar o enriquecimento sem justa causa que pode onerar a Fazenda.

54. A receita pública distingue-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária. A receita extraorçamentária é representada no balanço patrimonial como passivo financeiro, ou seja, são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos. Já a receita orçamentária é aquela que

- (A) contribui para o orçamento público e ainda é proveniente de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
- (B) pode ou não pertencer de fato à entidade e se classifica economicamente em Receitas Tributárias e Receita de Capital.
- (C) contribui para o orçamento público e ainda é proveniente de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, de bens e direitos.
- (D) pertence de fato à entidade e se classifica economicamente em Receitas Correntes e Receita de Capital.
- (E) quando é destinada, visa atender às despesas classificáveis como Despesas Correntes.

55. Analise o texto a seguir, classificando os itens que o completam como verdadeiros (V) ou falsos (F).

A orçamentação da despesa pública passará pelo processo de elaboração da Lei de Orçamento Anual (LOA), de estudo e aprovação, obedecido o Plano Plurianual (PPA) e a Lei da Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na elaboração do orçamento anual, o Poder Executivo fará uso da Portaria Interministerial n.º 42/99.

Nos moldes da referida Portaria, e demais legislações aplicáveis, as ações do governo serão identificadas em termos de:

- () *Função*: deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.
- () *Subfunção*: representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesas do setor público.
- () *Programa*: representa o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.
- () *Projeto*: representa o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo.
- () *Atividade*: representa um instrumento e programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção de ação do governo.
- () *Operações especiais*: representam as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços.
- () *Administração*: representa as ações do governo na gestão da despesa pública, nos processos orçamentários e aplicação da legislação vigente.

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, V, V, V, V.
- (B) V, V, F, V, V, V, V.
- (C) F, V, F, V, V, V, F.
- (D) F, V, V, V, V, V, F.
- (E) V, V, V, V, V, V, F.

Considere o enunciado a seguir para responder às questões de números 56 e 57.

A Portaria Interministerial n.º 163 e suas alterações criaram regras para a consolidação das Contas Públicas Nacionais, em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, a despesa orçamentária classifica-se, segundo sua natureza em: Categorias Econômicas, Grupos de Natureza de Despesa e Elementos de Despesa.

56. Quanto às Categorias Econômicas, as despesas são:

- (A) Despesas Correntes e de Capital.
- (B) Despesas de Capital e de Pessoal.
- (C) Despesas de Investimentos e Previdenciárias.
- (D) Despesas Correntes e Financeiras.
- (E) Despesas Orçamentária e Extraorçamentária.

57. Quanto aos Grupos de Natureza, as despesas são:

- (A) Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras, Amortização da Dívida e Transferências a Estados e Municípios.
- (B) Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, Amortização da Dívida e Transferências à União.
- (C) Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.
- (D) Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida interna, Outras Despesas Correntes, Inversões Financeiras, Amortização da Dívida interna e Transferências a Estados e Municípios.
- (E) Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, Transferências a Estados e Municípios.

58. Em cada ano, será elaborado um orçamento-programa, que pormenorizará a etapa do(a):

- (A) atividade estatal na alocação de recursos e medirá os mecanismos de eficiência em investimentos em infraestrutura.
- (B) lei orçamentária que será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções e anistias.
- (C) programa plurianual a ser realizado no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.
- (D) atividade estatal na alocação de recursos e medirá os mecanismos de eficiência em investimentos em infraestrutura com prioridade na Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (E) lei orçamentária que será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira.

59. Será integrado ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o texto, classifique os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () Avaliação de desempenho do cumprimento das metas relativas a anos anteriores.
- () Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- () Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
- () Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- () Avaliação da situação financeira e atuarial.

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, F, V, V.
- (B) V, V, F, V, V.
- (C) V, F, F, V, F.
- (D) F, V, V, V, V.
- (E) V, F, F, V, V.

60. O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) será elaborado de forma compatível com

- (A) os objetivos da política orçamentária.
- (B) a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Plurianual e a Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Plano Plurianual, somente.
- (D) o plano e as metas do governo.
- (E) a avaliação da situação financeira atual.

61. O documento mediante o qual o auditor independente expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis quanto ao adequado atendimento, ou não, em todos os aspectos relevantes relacionados às práticas e princípios contábeis brasileiros, entre outros aspectos, é o parecer de auditoria ou relatório dos auditores. Portanto, a expressão “as demonstrações contábeis não refletem a situação patrimonial e financeira da companhia em determinada data” significa que o parecer será classificado como um parecer

- (A) adverso.
- (B) com abstenção.
- (C) com negativa de opinião.
- (D) sem ressalva.
- (E) com ressalva.

62. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas interpretações técnicas, o auditor deve evidenciar as questões que foram consideradas importantes, visando fundamentar seu trabalho de auditoria e comprovar que a auditoria foi executada de acordo com as normas da profissão e dos trabalhos.

Diante disso, pode-se afirmar que esse processo está relacionado à norma

- (A) da profissão.
- (B) de procedimentos de auditoria.
- (C) de relatórios.
- (D) de controle de qualidade.
- (E) de documentação da auditoria.

63. O objetivo do auditor é comunicar apropriadamente as deficiências de controle interno que identificou durante a auditoria e que, no seu julgamento profissional, são de importância suficiente para merecer sua divulgação e esclarecimento. O auditor, ao se deparar com uma fraude que impactará diretamente na emissão do relatório, deverá comunicar o fato

- (A) aos responsáveis pela auditoria, ao contratante, à administração e, conforme o caso, às autoridades externas.
- (B) à administração e, eventualmente, às autoridades fiscais.
- (C) aos responsáveis pela governança e à administração.
- (D) ao conselho de contribuintes e à alta gerência da companhia.
- (E) apenas ao sócio da auditoria.

64. Dentre as atribuições de um auditor, estar alerta a evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas; informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria; condições que possam indicar possível fraude; e circunstâncias que sugiram a necessidade de procedimentos de auditoria, além dos exigidos pelas NBC TAs, significa

- (A) autoridade delegada.
- (B) ceticismo profissional.
- (C) aplicação de procedimentos prévios.
- (D) julgamento profissional.
- (E) procedimento de auditoria.

65. O auditor, ao considerar todos os fatos divulgados; as atas de reuniões de acionistas, administradores e outros órgãos estatutários ou decisórios; os informes de qualquer espécie divulgados pela entidade; e a existência de fatos não revelados pela administração nas demonstrações contábeis que tenham efeitos retroativos relevantes sobre essas demonstrações, está buscando suporte para formar uma opinião, considerando:

- (A) as contingências pontuais da entidade, sejam fiscais ou trabalhistas, não registradas ao longo do exercício.
- (B) formalizar a carta de administração e representação com todas as informações identificadas nos procedimentos aplicados.
- (C) identificar assuntos a serem abordados como ajustes ao patrimônio líquido, uma vez que não teriam efeitos de ativos e passivos.
- (D) esgotar e finalizar todos os procedimentos obrigatórios aplicáveis ao processo de auditoria.
- (E) efeitos relevantes das transações e eventos subsequentes ao encerramento do exercício social.

66. O uso de Processamento Eletrônico de Dados (PED) por uma empresa está ligado diretamente à eficiência e competência com que esta processa e armazena informações vitais para formação de informações contábeis e de relatórios, afetando assim a organização e os procedimentos adotados por ela na consecução de adequados controles internos.

Nesse contexto, considerando que o PED será avaliado em conjunto com os controles internos da empresa, porque deles faz parte, o auditor deve dispor de compreensão suficiente dos recursos de PED e dos sistemas de processamento existentes a fim de avaliá-los

- (A) somente para emissão da carta de controles internos.
- (B) e dar uma opinião ou parecer sobre estes.
- (C) de forma a identificar qual a participação da administração da empresa em sua efetividade.
- (D) e planejar adequadamente seu trabalho.
- (E) e executar os procedimentos previamente acordados para a área em referência.

67. Pode-se afirmar que controles internos são:
- (A) um conjunto de normas e procedimentos que visa principalmente resguardar o patrimônio da empresa e produzir dados contábeis confiáveis.
 - (B) um conjunto de normas e políticas para evitar primordialmente fraudes e erros da administração.
 - (C) procedimentos que asseguram, sem exceção, que um conjunto de normas e políticas serão aplicadas por empresas sistemicamente complexas.
 - (D) procedimentos aplicáveis a empresas que mantêm os conselhos administrativo e fiscal atuantes.
 - (E) normas introduzidas e incentivadas por órgãos regulamentadores ou fiscalizadores de forma a facilitar o monitoramento e a fiscalização.
68. Um dos principais objetivos do auditor interno ou da auditoria interna é:
- (A) auditar, acompanhar e fiscalizar as operações de uma companhia e reportar exclusivamente ao conselho fiscal.
 - (B) avaliar com controles no sentido de identificar roubos ou extravio realizados.
 - (C) avaliar a integridade, adequação e eficiência dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.
 - (D) examinar os sistemas de controles internos e as contas contábeis patrimoniais e de resultado a fim de emitir uma opinião sobre elas.
 - (E) avaliar a integridade, adequação e eficiência dos processos, sistemas de informações e controles internos, fixar normas e procedimentos a serem cumpridos pela administração da empresa.
69. A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 550 –, que trata da responsabilidade do auditor no que se refere ao relacionamento e transações com partes relacionadas durante a execução da auditoria de demonstrações contábeis, especificamente, amplia a maneira como a NBC TA 315, a NBC TA 330 e a NBC TA 240 devem ser aplicadas em relação aos riscos
- (A) operacionais e financeiros, quantitativos e qualitativos de impacto relevante associados aos relacionamentos e transações com partes relacionadas.
 - (B) de distribuição de lucros associados aos relacionamentos e transações com partes relacionadas.
 - (C) fiscais associados aos relacionamentos e transações com partes relacionadas.
 - (D) de subavaliação de operações internas relevantes associados aos relacionamentos e transações com partes relacionadas.
 - (E) de distorção relevante associados aos relacionamentos e transações com partes relacionadas.
70. O acompanhamento, pelos auditores externos, do inventário físico de estoques de matéria-prima, produtos em processo, produtos acabados e material auxiliar de uma indústria metalúrgica em uma determinada data-base, para efeito da auditoria das demonstrações contábeis, é um teste
- (A) de agregação.
 - (B) substantivo.
 - (C) analítico.
 - (D) de observância.
 - (E) de movimentação.
71. Um auditor, ao confrontar com uma empresa que apresenta prejuízos anuais recorrentes, na qual não há eficiência nas unidades geradoras de caixa e que mantém o seu patrimônio líquido a descoberto, avaliará a empresa no pressuposto de
- (A) que apresentará seus passivos subavaliados.
 - (B) sua continuidade operacional.
 - (C) que provavelmente não terá caixa suficiente para distribuição de lucros.
 - (D) que apresentará seus ativos superavaliados.
 - (E) emitir um parecer negativo.
72. Os trabalhos de avaliação requeridos pelo Judiciário estão diretamente relacionados a
- (A) auditoria independente.
 - (B) auditoria interna.
 - (C) perícia contábil.
 - (D) arbitramento.
 - (E) fiscalização.
73. O auditor, ao selecionar uma amostra de documentos relacionados às rubricas de despesas, a fim de verificar ou atestar a existência e veracidade das despesas, valores corretos, bem com sua contabilização, está cumprindo com um teste
- (A) substantivo.
 - (B) de observância.
 - (C) subjetivo.
 - (D) de atestação.
 - (E) analítico.

74. A Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambos, e não para uso na produção, ou fornecimento de bens, ou serviços ou para finalidades administrativas, nem para venda no curso ordinário do negócio, e deverá ser classificada no
- (A) ativo não circulante, no realizável a longo prazo.
 - (B) ativo não circulante, no subgrupo de intangível.
 - (C) ativo não circulante, no subgrupo de investimentos.
 - (D) ativo circulante, no subgrupo de estoques.
 - (E) ativo não circulante, no subgrupo de imobilizado.
75. Trata-se da aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades-base tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite ao auditor concluir sobre toda a população.
- O texto refere-se ao conceito de
- (A) processo de auditoria.
 - (B) seleção de população.
 - (C) materialidade.
 - (D) amostragem em auditoria.
 - (E) aleatoriedade em auditoria.
76. É uma atividade especializada aplicada em entidades, que compreende o levantamento de dados e a análise da produtividade, seja qualitativa ou quantitativa, e a rentabilidade dessas entidades; custos das operações, do equilíbrio e do crescimento estrutural e patrimonial, incluindo a situação financeira. Ademais, consiste em revisões sistemáticas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores públicos e privados, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente, bem como se estão sendo alcançados os objetivos operacionais. Entende-se, ainda, que é o processo de avaliação do desempenho real, em confronto com o esperado, o que leva, inevitavelmente, à apresentação de recomendações destinadas a melhorar o desempenho e a aumentar o êxito dos negócios empresariais.
- O texto trata da auditoria
- (A) patrimonial.
 - (B) de performance e rentabilidade.
 - (C) financeira.
 - (D) de gestão.
 - (E) operacional.
77. Por ocasião da finalização dos trabalhos de auditoria, e imediatamente antes da emissão do parecer final com a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis, o auditor, obrigatoriamente, e por força de Norma Contábil (NBC TA 580), solicita informações e confirmações da administração da empresa, como evidência de auditoria, que estarão formalizadas num documento denominado
- (A) Ata de reunião da administração com o auditor.
 - (B) Carta de responsabilidade da administração.
 - (C) Notas explicativas da administração.
 - (D) Comentários da administração.
 - (E) Atestado de capacidade gerencial e de responsabilidade financeira.
78. O processo que envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria, bem como se mostra benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, inclusive no auxílio ao auditor para: dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria; identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais; organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente; entre outros benefícios, é denominado de
- (A) Planejamento da auditoria.
 - (B) Programas de trabalho.
 - (C) Cronograma da auditoria.
 - (D) Papéis de trabalho.
 - (E) Responsabilidades predeterminadas.
79. Os adiantamentos a fornecedores, para compra de bens que serão utilizados na manutenção das atividades da empresa, devem ser contabilizados e classificados no
- (A) Passivo circulante – fornecedores.
 - (B) Demonstração do resultado operacional.
 - (C) Ativo circulante – outras contas a receber.
 - (D) Ativo não circulante – imobilizado.
 - (E) Ativo não circulante – investimentos operacionais.
80. Os procedimentos de verificação de índices de liquidez, variações ativas, passivas, volume de operações, rotatividade ativa e passiva, análise horizontal e vertical do resultado, bem como na identificação de itens não usuais, podendo ser por uma leitura do razão contábil, são testes usualmente utilizados
- (A) na revisão da qualidade das demonstrações financeiras.
 - (B) de conformidade.
 - (C) na confirmação de saldos.
 - (D) de atestação.
 - (E) na revisão analítica.

